

Reflexos e consequências da Guerra do Paraguai no sul de Mato Grosso entre os anos de 1889-1930

*Vinícius Rajão da Fonseca**

A configuração da fronteira no sul de Mato Grosso após a Guerra da Tríplice Aliança e as tensões Brasil x Argentina

Nosso objetivo neste artigo é demonstrar como ocorreu a configuração da fronteira no sul de Mato Grosso após a Guerra do Paraguai. Além disso, compreender como foi elaborada uma política de prevenção em relação à fronteira oeste do país, sobretudo no estado mato-grossense, com a construção de ferrovias, linhas telegráficas, quartéis militares e arsenais de guerra. Outro fator importante foi o início de uma política imigratória, que assumia nesse sentido, um papel secundário, mas não menos importante no ponto de vista do poder público, de promover melhor ocupação do território.

A instalação de colônias agrícolas no sul do antigo Mato Grosso (SMT)¹ estava inserida em um processo de resguardo do Estado nacional brasileiro associado a interesses estaduais em fins do século XIX e início do XX, haja vista, ter sido uma região de fronteira que foi objeto de numerosos litígios em sua História. Ademais, outros fatores contribuíram para que o governo fe-

deral idealizasse um plano que reafirmasse e assegurasse o seu domínio sobre o estado mato-grossense.

A área correspondente aos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul foi por muito tempo objeto de disputas que envolveram os países ibéricos durante a colonização do continente sul-americano. Esses enfrentamentos ocorreram durante a formação dos estados nacionais sul-americanos, já que esse espaço fronteiriço era visto como essencial pelos países em formação, uma vez que, o domínio sobre esse território favorecia o controle sobre os rios da região, garantindo maior desempenho econômico.

Segundo Queiroz, as principais características do território mato-grossense ao longo de sua História foram:

vastidão territorial, situação fronteiriça; grande distâncias dos centros dirigentes brasileiros (situados no litoral atlântico); precariedade das vias de comunicação existentes no interior da própria região e entre ela e os ditos centros; população não indígena diminuta e dispersa; estrutura fundiária marcada pela grande propriedade [...] dotada de um débil aparato estatal local. (QUEIROZ, 2003. p. 20)

* Licenciado em História pela UFMS e mestre em História, Poder e Práticas Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. (*viniciusrajao@gmail.com*)

O estado nacional brasileiro procurou desempenhar um papel para salvaguardar as fronteiras e preservar a unidade territorial do país, buscando adotar estratégias que se destinavam a solucionar as disparidades e as vicissitudes mencionadas acima. Nesse sentido, o elemento humano, isto é, a colonização, serviu como um instrumento para a consolidação do domínio sobre o território.

Após o final da guerra da Guerra do Paraguai² a atenção dos países platinos voltou-se ao processo de demarcação dos limites territoriais. O tratado da Tríplice Aliança,³ assinado em 1865, “estipulava que, com a derrota do Paraguai, seriam atendidas as reivindicações territoriais feitas por Brasil e Argentina junto àquela República” (QUEIROZ, 1997. p. 64). O Brasil exigia a resolução do litígio territorial que envolvia parte do estado mato-grossense, enquanto a Argentina pleiteava ocupar todo o território paraguaio na zona oeste do rio Paraguai.

Ocorreram discordâncias principalmente entre Brasil e Argentina, uma vez que o Império brasileiro recusou aceitar que o país portenho ficasse com as “terras do Chaco e o território das missões”, pertencentes ao Paraguai, para evitar a emergência de uma hegemonia da Argentina no continente (ALMEIDA, 2010. p. 98). Fazia parte da política externa brasileira, garantir a independência do Paraguai e do Uruguai para manter um equilíbrio de poder entre os países da região (QUEIROZ, 1997. p. 64).

O fim do maior conflito do continente sul-americano trouxe benefícios para o Brasil e conseqüentemente para Mato Grosso, pois concedeu o acesso à livre navegação no sistema fluvial Paraná-Paraguai a partir de 1875,

conforme o mapa da **Figura 1**, ligando o estado do oeste ao litoral brasileiro pelo estuário do Prata.

Esse fator promoveu um afluxo econômico para o SMT, já que permitiu o comércio fluvial, aumentando a exportação do gado e a chegada de produtos de outras localidades. Várias casas comerciais surgiram na cidade portuária de Corumbá, tornando-a um polo no mercado de importação e exportação. Ex-Combatentes do conflito com o Paraguai, brasileiros ou paraguaios, se estabeleceram no estado, devido aos campos e terras propícias para o desenvolvimento de atividades rurais, como a agricultura, pecuária, charqueada e a exploração dos ervais nativos (ESSELIN, 2011; QUEIROZ, 1997;2004).

Com o advento da República, em 1889, as tensões políticas com a Argentina diminuíram, mas não cessaram. O Brasil procurou



Figura 1 – Vias de comunicação na bacia Platina
Fonte: geoconceicao.blogspot.com.br (adaptado pelo autor)

praticar uma política de prevenção frente à Argentina, pois existiam rumores que esse país idealizava reconstituir o antigo vice-reinado de Buenos Aires, o que determinava uma ameaça para o Brasil (QUEIROZ, 1997. p.66). A república brasileira enfrentou conflitos internos em seus anos iniciais, como a Revolta da Armada⁴ e a Revolução Federalista⁵ no Rio Grande do Sul.

Além dos atritos territoriais, ocorreram também desentendimentos nas relações comerciais entre os dois países, no que se refere a questões aduaneiras, destacando o problema relativo ao comércio de trigo. Outro foco de desavença eram as acusações de ambos os países em relação à aquisição de armamentos bélicos, o que provocava uma atmosfera de cautela de um para com o outro.

A presença de estrangeiros em Mato Grosso na fronteira do estado e capital financeiro proveniente de outros países também representava um incômodo para as autoridades brasileiras, visto que, empresas com recursos da Argentina e da Bélgica, por exemplo, possuíam empreendimentos no estado, como fazendas, charqueadas, indústrias de beneficiamento de alimentos, entre outros negócios.⁶

Outro risco compreendido pelo governo federal estava correlacionado à desordem e à fragilidade política no estado, em virtude de lutas entre os grupos dirigentes. Nos anos de 1892 e 1906, Mato Grosso se defrontou com duas revoltas pelo controle político do território que agitaram o país, ocasionando, em uma delas, o assassinato de seu governador. Esses episódios provocavam sensações de vulnerabilidade na fronteira oeste do Brasil. Segundo Queiroz, nasceram temores de que a Argentina poderia se aproveitar dessas situ-

ações de fraqueza do estado para se apoderar da região, incorporando o Mato Grosso ao seu país (QUEIROZ, 2003). Portanto, era necessário que o poder estatal brasileiro se fizesse presente nessa área.

O estado de Mato Grosso era um reflexo da situação nacional, as oligarquias dominaram o cenário político estadual em consonância com a política dos governadores. De acordo com Viscardi, o presidente apoiava os governadores estaduais e seus aliados e, em troca, eles garantiam a eleição para o congresso dos candidatos oficiais. Isso salvaguardava a continuidade das grandes famílias no poder. Era uma troca entre o governo estadual e o federal. O governo sustentava os grupos dominantes nos estados, enquanto estes votavam junto com o governo no Congresso Nacional. Os governadores repetiam o acordo com as lideranças locais (coronéis), que tinham poder sobre as pessoas de sua região, fazendo com que esses votassem de acordo com seus interesses.⁷

Segundo Carvalho, o coronelismo nada mais é do que:

um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento deste de seu domínio no estado. O coronelismo é fase de processo mais longo de relacionamento entre os fazendeiros e o governo. (CARVALHO, 1997. p.2)

Em 1892, ocorreu um movimento com supostas intenções separatistas, visando à formação da República Transatlântica ou Estado Livre do Mato Grosso. Essa insubordinação, na verdade, nada mais era do que uma tentativa de substituir a situação pela oposição, um embate entre o partido nacional e o republicano, que opôs as tropas de Antônio Maria Coelho, primeiro governador do estado após a Proclamação da República, e Generoso Pais Leme de Sousa Ponce, vice-presidente e aliado de Manuel Murtinho, presidente deposto pela revolta (BITTAR, 2009. p. 90; SILVA, 1996. p. 48).

De acordo com Batista, a preocupação do governo federal com essa revolta estava relacionada ao fato de que contou com apoio da burguesia mercantil de Corumbá,

mais identificada com seus próprios interesses de classe, desfrutando os contatos com cidades estrangeiras através do intercâmbio comercial, do que com a política e o jogo do poder estadual e federal. (CORRÊA, 1985. p.20)

Grande parte dessas casas comerciais possuía capital exterior, o que gerava, entre as autoridades brasileiras, uma apreensão de que o SMT pudesse ser subjugado por outro país, como, por exemplo, a Argentina (CORRÊA, 1985. p.20).

O caso mais grave foi a revolta de 1906, que ocorreu por rivalidade entre os coronéis que dispunham de influência no estado. Esse levante levou o presidente da república Rodrigues Alves, determinar a intervenção federal em Mato Grosso; apesar disso, Alves não conseguiu evitar o assassinato de Antônio Paes de Barros, presidente do estado no período (BITTAR, 2009).

Esse conflito antagonizou o grupo político do governador Antônio Paes de Barros, também conhecido como Totó Paes, e de Generoso Ponce, proprietário de casas comerciais em Corumbá. Esses dois personagens são considerados figuras lendárias no que diz respeito ao coronelismo em Mato Grosso. Em 1906,

Generoso Ponce toma Cuiabá, depõe e mata Totó Paes, apesar da oposição de Rodrigues Alves [...] quando o general Dantas Barreto chega a Cuiabá, em 1906, Totó Paes tinha sido assassinado, e o novo governo é formado pela oposição vitoriosa; Rodrigues Alves nada pôde fazer, nem mesmo impor outro governo e castigar os rebeldes. (CARONE, 1977. p. 257)

Esse confronto demonstrou a instabilidade e a deficiência das vias de comunicação do estado mato-grossense com o restante da nação, uma vez que as tropas federais não conseguiram chegar a tempo de impedir a deposição e a morte de Totó Paes. Quando chegou a Cuiabá, a oposição já havia tomado o poder, tornando-se situação. As forças de intervenção ficaram “retidas por várias horas no estuário do Prata, em decorrência do mau tempo” (QUEIROZ, 2004. p. 117).

Após o incidente, Dantas Barreto percebeu a dificuldade de se deslocar até o território de Mato Grosso e aconselhou ao governo federal a necessidade da construção de uma estrada de ferro para melhorar a logística da região (BARRETO *apud* QUEIROZ, 2004. p. 118). Queiroz afirma que, desde os fins do século XIX, havia uma discussão no Congresso Nacional sobre a necessidade da construção de uma estrada de ferro que atendesse os interesses políticos nacionais nessa região (QUEIROZ, 2003. p. 19-46). Surgi-

ram alguns projetos, e cogitou-se a atuação do Exército Brasileiro para edificar as obras, porém, somente em 1904 o presidente Rodrigues Alves assinou o decreto autorizando a construção da ferrovia que cobria o trecho Bauru-Cuiabá.

Como dito, desde o final do século XIX, o governo brasileiro procurou adotar medidas que resguardassem a fronteira oeste do Brasil. No ano de 1893, o Ministério da Guerra e o de Obras e Viação aprovaram um projeto para estudos de viabilização para a construção de uma ferrovia que interligasse Catalão-GO até Cuiabá-MT. Em 1899, novamente os ministérios autorizaram projeto de estudos para analisar a possibilidade de arquitetar uma ferrovia que integrasse as cidades de Guarapuava-PR e Cuiabá-MT (QUEIROZ, 1997. p. 95).

No entanto, somente em 1904, no governo do presidente Rodrigues Alves, que, segundo Queiroz, teve um caráter

deliberado de modernizar o país, iniciando um extenso programa de investimentos voltados fundamentalmente aos serviços urbanos e à infraestrutura de transportes e comercialização,

é que foi aprovado o projeto de construção da ferrovia que vinculou o Centro-Oeste ao Sudeste do país (QUEIROZ, 1997. p. 108).

O decreto federal nº 5.344, de 18 de outubro de 1904, organizou a Comissão de Reconhecimento da região e de exploração de linhas férreas e telegráficas, chefiada pelo engenheiro Emílio Schnoor (ARRUDA, 2006). A construção da ferrovia foi apoiada pelo Estado por intermédio da

adoção do instituto da garantia de juros — mecanismo pelo qual o Estado, em nível nacional ou provincial, comprometia-se a pagar durante certo período, aos acionistas de companhias de estradas de ferro, uma remuneração mínima (entre 5 e 7%) do capital empregado, até que a empresa pudesse proporcionar lucros pelo seu próprio movimento. (QUEIROZ, 1997. p. 106)

A história da estrada de ferro Noroeste do Brasil (EFNOB) costuma ser dividida em dois momentos: o primeiro, em 1904, início da construção do trecho Bauru-SP/Cuiabá-MT via Uberaba, Porto Tabuado, Baús, Coxim e Cuiabá; e o segundo período, que determinou a mudança do traçado final, alterando completamente o projeto inicial da obra, uma vez que a ferrovia teve como destino final a cidade de Corumbá, passando por Três Lagoas, Água Clara, Campo Grande, Aquidauana, Miranda, Porto Esperança e Corumbá, o que ocasionou a passagem da estrada de ferro pelo SMT e não mais pela capital do estado de Mato Grosso.

A mudança do traçado aconteceu porque o projeto inicial Bauru-Cuiabá via Uberaba não atendia aos planos políticos e militares do governo federal, uma vez que a EFNOB não chegaria (caso seguisse essa linha) à extremidade da fronteira do Paraguai e da Bolívia. Uma explicação plausível para este fato está relacionada à assinatura do Tratado de Petrópolis,⁸ em 1903, durante o governo de Rodrigues Alves.

Seguindo as orientações do seu ministro das Relações Exteriores, barão do Rio Branco, o governo brasileiro intermediou diplomaticamente e foi acertado que a Bolívia abriria mão do Acre em troca de territórios brasileiros no estado de Mato Grosso, além

de receber a quantia de cerca de dois milhões de libras esterlinas. Nesse período, o estado mato-grossense era presidido por Totó Paes de Barros, aliado do presidente Rodrigues Alves. Totó Paes não se opôs à decisão do governo brasileiro de ceder pequenas partes em seu estado, entretanto, solicitou favorecimento para que a EFNOB percorresse o trajeto Bauru-Cuiabá (QUEIROZ, 1997. p. 102-133).

No final de 1906, o mineiro Afonso Pena é empossado como novo presidente da República, e suas ações políticas mudaram o destino da EFNOB. Em relatório anual, Afonso Pena expôs as motivações que o levaram, em companhia do ministro da Viação, Miguel Calmon, a mudar o traçado da EFNOB:

resolvi modificar os traçados das estradas de [...] Bauru a Cuiabá, tendo em vista ligar efetivamente ao litoral as grandes bacias do Araguaia e do Paraguai [...] No tocante a Mato Grosso, afóra as razões de ordem política e econômica, havia a necessidade de ultimar em breve prazo a construção, e isto só era lícito, procurando a linha o mais diretamente possível, um ponto à margem do Paraguai ou de afluente seu [...]. (PENA, 1907. p. 44-45)

A mudança no projeto foi fundamentada pela própria comissão de estudos de viabilidade da ferrovia, além do próprio Ministério da Guerra e da Viação. Um relatório do Ministério da Guerra, intitulado *Preferência do Estado-Maior do Exército ao traçado Itapura-Corumbá* diz o seguinte:

se depreende que, além de todas as vantagens militares, brilhantemente demonstradas na mesma informação, há a assinalar, como um motivo de alto peso, a importân-

cia da estrada Itapura-Corumbá, e não do traçado que demandasse Cuiabá, no sentido de favorecer a aproximação dos povos americanos [...] traduzindo profundos interesses ligados ao ponto internacional e político [...] Semelhante importância ressalta da natureza do próprio traçado, que poderá servir de ligação ao extraordinário sistema da rede ferroviária pan-americana [...] Tais são as razões capitais que levam a 3ª Seção a preferir a construção atual da linha Itapura-Corumbá, como meio mais pronto de assegurar a defesa das fronteiras mato-grossenses, por ser a via férrea mais rápida, mais segura e mais apta, não só para acudir aos múltiplos pontos de valor estratégico da região, como sobretudo a Corumbá, sentinela avançada posta à espreita desse lado do país. (QUEIROZ, 1997. p. 127-128)

Em outro documento, o engenheiro chefe da companhia EFNOB, João Teixeira Soares, também relata a mudança da linha ferroviária:

O governo, levado por motivos de ordem internacional, entendera dever providenciar com urgência sobre a extensão de nossa rede ferroviária até as margens do rio Paraguai, e parece ter julgado preferível o alvitre, que tivera a aprovação do nosso clube de engenharia, de levar essa viação até a fronteira da Bolívia, para assim poder estabelecer a ligação com o sistema ferroviário deste país. (SOARES *apud* QUEIROZ, 1997. p. 135)

Todo esse debate deixa claro que a administração federal mantinha uma precaução com relação à situação das suas fronteiras com os países vizinhos. Várias ações demonstraram que o governo procurou reforçar a região fronteiriça do país com vistas a manter o controle sobre o território, garantindo a soberania da nação.

Ao ser decretada a execução desse projeto, tinha mira o governo de então, como tem o atual, o empreendimento da viação férrea e fluvial para Mato Grosso, de modo a permitir às fronteiras desse futuro Estado receber reforços e recursos sempre que sua defesa o exigisse. Desse modo ficou a cidade de Cuiabá ligada às fronteiras da Bolívia e Paraguai, bem como aos diversos pontos do Estado, reputados de suma importância estratégica, tais como Corumbá, Aquidauana, Miranda e Nioaque. Como complemento deste importante serviço [...] o governo resolveu interligar Mato Grosso ao Estado do Amazonas, já tendo providenciado no

sentido de, com possível brevidade, serem iniciados os respectivos trabalhos. (PENA, 1907. p.44-45)

Podemos também elencar outras medidas que visaram à defesa da fronteira oeste do Brasil, como o remanejamento do distrito militar de Cuiabá para Corumbá,¹⁰ promovido pelo Ministério da Guerra em 1902; a autorização para desenvolver a oficina de arsenais de guerra em Mato Grosso, no ano de 1905; a permissão para a realizar orçamentos a fim de reconstruir o Forte Coimbra; a chegada, em 1908, de uma comissão de estudos para a defesa do rio Paraguai; além da instalação de um batalhão de estratégia do Exército e a implantação de uma estação radiotelegráfica em Porto Murtinho (QUEIROZ, 1997. p. 94-97).

O governo republicano procurou afirmar seu poder sobre grandes áreas nos confins do território nacional, e os investimentos no

telégrafo, acompanhado de estradas e ferrovias, devia abrir caminho para a ocupação produtiva das terras por onde passavam e que estas iniciativas eram fundamentais na ocupação desses novos espaços e na superação das fronteiras. (DOMINGUES, 2011. p. 38)

Na república, ocorreu um movimento de “valorização do sertão, seja



Figura 3 – Linhas telegráficas (Comissão Rondon)

Fonte: guiadoestudante.abril.com.br

enquanto espaço a ser incorporado ao esforço civilizatório das elites, seja como referência da autenticidade nacional” (LIMA, 1999. p. 65). As ferrovias, as linhas telegráficas e as estradas representavam esse esforço civilizatório.

Considerações Finais

Ao longo desse texto, procuramos discutir o processo de configuração da fronteira no sul de Mato Grosso no Pós-

-Guerra do Paraguai, expondo as tensões políticas que ficaram presentes entre Brasil e Argentina, devido à configuração dos estados nacionais sul-americanos. Enfim, identificamos como foi pensado um plano de fortalecimento da integração do estado mato-grossense ao restante da nação, com políticas que visaram melhorar os meios de transporte, comunicação e a presença militar na região durante as décadas finais do século XIX e iniciais do XX. 

Referências

- ALMEIDA, Mario Monteiro de. (2010) *Episódios da formação geográfica do Brasil*. Campo Grande: Alvorada. (coleção documentos para a História de Mato Grosso do Sul).
- ARIAS NETO, José Miguel. (2001) *Em busca da cidadania: praças da armada nacional (1867-1910)*. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo.
- ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. (2006) *Campo Grande: arquitetura, urbanismo e memória*. Campo Grande: UFMS.
- BITTAR, Marisa. (2009) *Mato Grosso do Sul: a construção de um estado, volume I: regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso*. Campo Grande, MS, Ed. UFMS.
- CAMPESTRINI, Hildebrando. (2009) *História de Mato Grosso do Sul: cinco séculos de História*. 6ª edição. Ed. Gibim.
- CARONE, Edgard. (1977) *A república velha. Instituições e classes sociais (1889-1930)*. 4ª ed. São Paulo & Rio de Janeiro: DIFEL.
- CARVALHO, José Murilo. (1997) Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual”. IN: *Dados*, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 40, nº 2.
- CORRÊA, Valmir Batista. (1985) O comércio de Corumbá como um capítulo da história política de Mato Grosso. IN: *CASARIO do porto de Corumbá*. Campo Grande: Fundação da Cultura de Mato Grosso do Sul.
- COUTO, Felipe Rabelo. (2012) A opinião pública carioca e a questão da incorporação do Acre ao Brasil (1898-1903). IN: XV Encontro Regional de História da Anpuh-Rio, Rio de Janeiro. *Anais do XV Encontro Regional de História – Ofício do Historiador: ensino e pesquisa*. Disponível em: <www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338315410_ARQUIVO_Artigo,FelipeRabeloCouto.pdf>.
- DOMINGUES, Cesar Machado. (2010) A comissão de linhas telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas e a integração do Noroeste. IN: XIV Encontro Regional da Anpuh-Rio: memória e

patrimônio. *Anais do XIV Encontro Regional da Anpuh-Rio: memória e patrimônio*. Rio de Janeiro, 29 a 23 de julho, ISBN 978-85-60979-08-0.

DORATIOTO, Francisco. (2012) O Brasil no mundo. IN: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Coord.) *História do Brasil Nação: 1808-2010 – A abertura para o mundo: 1889-1930 (vol. 3)*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva; Madri: Fundação Mapfre. p. 133-171.

ESSELIN, Paulo Marcos. (2011) *A pecuária bovina no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do Pantanal sul mato-grossense (1830-1910)*. Dourados, MS: Ed. UFGD.

JÚNIOR & TRUBILIANO. (2008) Carlos Martins; Carlos Alexandre Barros. O progresso chega ao sertão: transformações urbanas em Campo Grande no início do século XX. IN: *Revista de História Regional*. 13(2): 246-262.

LIMA, Nísia Trindade. (1999) *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro, editora Revan: IUPERJ – UCAM.

PENA, Afonso Augusto Moreira. (1997) *Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na abertura da segunda sessão da sexta legislatura pelo Presidente da República Afonso Augusto Moreira Pena*. Rio de Janeiro.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. (1997) *As curvas do trem e os meandros do poder: o nascimento da estrada de ferro Noroeste do Brasil (1904-1908)*. Campo Grande, MS: Editora UFMS.

_____. (2003) Temores e esperanças: o antigo sul de Mato Grosso e Estado nacional brasileiro. IN: MARIN, Jérri Roberto & VASCONCELOS, Cláudio Alves (Orgs). *História, região e identidades*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS.

_____. (2004) *Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20*. Bauru, SP: Edusc; Campo Grande, MS: Ed. UFMS.

SILVA, Jovam Vilela da. (1996) *A divisão do Estado de Mato Grosso: uma visão histórica (1892-1977)*. Cuiabá: EdUFMT.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. (1990) O processo político-partidário na primeira república. In: MOTA, Carlos Guilherme. (org). *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil, 19ª. edição. p. 162-226.

VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. (2001) *O Teatro das Oligarquias: uma revisão política do café com leite*. Belo Horizonte: C/Arte.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ De acordo com a lei complementar nº 31 de 11 de outubro de 1977, a porção sul do antigo Mato Grosso foi transformada, em 1977, no novo estado de Mato Grosso do Sul. Para facilitar a redação e, ao mesmo tempo, evitar o anacronismo, essa porção é referida, neste trabalho, como “sul do antigo Mato Grosso” ou simplesmente SMT. Para mais informações, ver: (BITTAR, 2009).

² O século XIX foi o período em que se formaram e consolidaram os estados nacionais no continente sul-

- americano e na região platina. Este processo foi custoso, baseado na violência entre grupos divergentes, de regimes políticos opostos, que buscavam ajustar as fronteiras territoriais de seus países. A guerra da Tríplice Aliança foi o maior conflito intercontinental ocorrido na América do Sul no século XIX. A configuração dos estados nacionais e as rivalidades dos países platinos deflagraram o confronto. O conflito durou seis anos, entre os anos de 1864 até 1870. Sobre o assunto, ver: (DORATIOTO, 2014. p. 41-68).
- ³ Acordo que selou a união entre Argentina, Brasil e Uruguai como aliados para enfrentar o Paraguai.
 - ⁴ Foi um movimento de rebelião comandado por unidades da Marinha brasileira contra o governo do marechal Floriano Peixoto, em 1893. A revolta discordava das mudanças realizadas pelo presidente, que destituiu os governadores que apoiavam o marechal Deodoro da Fonseca, permitiu a ascensão de civis ao poder, além da acusação do desprestígio da Marinha em relação ao Exército. (ARIAS NETO, 2001).
 - ⁵ Foi um movimento de revolta entre os grupos políticos que administravam o Rio Grande do Sul em 1893. Os grupos estavam divididos entre o Partido Republicano Rio-Grandense (PRP), que apoiava o novo governador, Júlio de Castilhos, aliado de Floriano Peixoto, e o Partido Federalista (PF), que eram contrários ao governo do Estado e à centralização política promovida pelo novo presidente. Os federalistas queriam destituir Castilhos e organizar um novo governo. Após vários embates, foi assinado um acordo de paz, em 1895, pondo fim ao conflito. (SOUZA, 1990. p. 162-226).
 - ⁶ É o caso das empresas Trust del Alto Paraguay e Fomento Argentino Sud-americano (capital argentino) e a Compagnie des Produits Cibils (capital belga). Sobre o assunto: ver (QUEIROZ, 2004).
 - ⁷ Criada pelo presidente Campos Salles, essa política tinha o seguinte funcionamento: o presidente apoiava os governadores estaduais e seus aliados e, em troca eles, garantiam a eleição para o congresso dos candidatos oficiais. Isso garantia a continuidade das grandes famílias (ricas e poderosas) no poder. Era uma troca entre os governantes estaduais e o governo federal. O governo sustentava os grupos dominantes nos estados, enquanto estes votavam junto com o governo no Congresso Nacional. Os governadores estaduais repetiam o acordo com as lideranças locais (coronéis), que tinham o poder sobre as pessoas de sua região, fazendo com esses votassem de acordo com seus interesses. Cf. (VISCARDI, 2001).
 - ⁸ O tratado estabeleceu definitivamente as fronteiras entre o Brasil e a Bolívia, compensando a anexação do Acre por meio de cessão de pequenos territórios próximos à foz do rio Abunã e na bacia do rio Paraguai. Como a Bolívia perdeu, após guerra com o Chile, sua saída para o mar, dois artigos do Tratado de Petrópolis obrigaram o Brasil e a Bolívia a estabelecerem um Tratado de Comércio e Navegação que permitisse à Bolívia usar os rios brasileiros para alcançar o oceano Atlântico. Além disso, a Bolívia poderia estabelecer alfândegas em Belém, Manaus e Corumbá e outros pontos da fronteira entre os dois países, assim como o Brasil poderia estabelecer aduanas na fronteira com a Bolívia. O Brasil assumiu também a obrigação de construir uma ferrovia desde o porto de Santo Antônio, no rio Madeira, até Guarajá-Mirim, no Mamoré, com um ramal que atingisse o território boliviano. Era a estrada de ferro Madeira-Mamoré. Por fim, o Brasil obrigava-se demarcar a nova fronteira com o Peru. A licitação para a ferrovia foi realizada em 1905; as obras iniciaram em 1907 e terminaram em 1912. Cf. (COUTO, 2013).
 - ⁹ Rondon nasceu no município de Mimoso (MT) em 1865. Chefiou a comissão de linhas telegráficas estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas. Rondon morreu em 1958, aos 92 anos, na cidade do Rio de Janeiro, após ter sido nomeado marechal do Exército Brasileiro em 1955. Após os trabalhos de construção da linha telegráfica, Rondon também atuou como comandante das forças que lutaram em Santa Catarina e no Paraná em 1924; como comandante da Comissão de Inspeção de Fronteiras de 1927 a 1930; foi nomeado por Vargas, em 1934, para presidir uma Comissão Mista Internacional incumbida de resolver uma disputa de fronteiras entre Peru e Colômbia. Paralelamente, desde 1910, Rondon exerceu a função de diretor do Serviço de Proteção aos Índios – SPI, sendo nomeado por Vargas, em 1939, então com 74 anos, presidente do recém-criado Conselho Nacional de Proteção aos Índios. Cf. (CAMPESTRINI, 2009).
 - ¹⁰ Em 1922, esse distrito se instalou em Campo Grande e, somado ao 5º Regimento de Artilharia de Aquidauana e ao 2º Regimento de Aviação, se transformou em Circunscrição Militar e posteriormente na 9ª Região Militar, em 1934. A 9ª Região Militar teve como sedes as cidades de Cuiabá, Corumbá, Aquidauana e, finalmente, Campo Grande. Em 1985, todos esses regimentos foram aglutinados em torno do Comando Militar do Oeste (CMO), com sede em Campo Grande. Cf. (JÚNIOR & TRUBILIANO, 2008. p. 253).